

# CARTOGRAFIAS DO “SERTÃO”: OS MAPAS SERTANISTAS NO DISCURSO HISTÓRICO DE JAIME CORTESÃO E SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

CARTOGRAPHIES OF THE “*SERTÃO*”: THE “*SERTANISTAS*  
MAPS” IN HISTORIC DISCOURSE OF JAIME CORTESÃO AND  
SERGIO BUARQUE DE HOLANDA

**Tiago Kramer de Oliveira**

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

**Correspondência:**

Av, Frei Paulino, 30 – Bairro Abadia – CEP: 28025-180 – Uberaba/MG

E-mail: [kramerhis@gmail.com](mailto:kramerhis@gmail.com)

## Resumo

As conquistas portuguesas no centro da América do Sul emergem no discurso cartográfico em mapas conhecidos como “sertanistas”. Estes documentos são fontes privilegiadas para os estudos sobre a história do Brasil colonial. Discutimos o uso que Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão fizeram destes mapas como documentação referencial. Expomos os pressupostos e perspectivas que orientaram os autores. Pressupostos que sustentam perspectivas - sobre a “natureza” da “cartografia sertanista” e das conquistas portuguesas no centro da América do Sul, na primeira metade do século XVIII - que ainda hoje orientam os historiadores.

**Palavras-chave:** Brasil Colonial; Historiografia brasileira; Sertanismo.

## Abstract

The Portuguese conquests in the center of South America emerge in the discourse cartographic in the maps known as “sertanistas”. These documents are privileged sources for researchs about the history of colonial Brazil. We discuss the use that Sérgio Buarque de Holanda and Jaime Cortesão made these maps as referential documentation. We expose the assumptions and perspectives that guided the authors in the formulation of your interpretations. Interpretations that sustain perspectives - about the “nature” of the “cartography sertanista” and about Portuguese conquests in the center of South America in the first half of the eighteenth century - that yet today guide the historians.

**Keywords:** Colonial Brazil, Brazilian Historiography; *Sertanismo*.

Nenhum<sup>1</sup> dos documentos cartográficos que apresentaremos neste artigo é desconhecido de historiadores e estudiosos da cartografia do Brasil colonial. São manuscritos disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional (Brasil) e, apesar de relativamente conhecidos e referenciados por vários autores, acreditamos que as possibilidades de análise desse material estão longe de terem sido suficientemente exploradas. A necessidade de olhar detidamente para esses documentos torna-se mais evidente quando recorremos à contribuição do campo de pesquisa que se convencionou chamar de Nova História da Cartografia. Os trabalhos de John Brian Harley, Dennis Wood, John Fels, Christian Jacob e Matthew Edney, são referências para o campo de estudo. Partindo de orientações teórico-metodológicas diversas, os autores empregam conceitos, noções, abordagens que emergiram na filosofia, na crítica literária, nas ciências humanas e sociais, e que foram incorporadas à análise da documentação cartográfica. Em um conhecido ensaio, *Deconstructing the map*, Harley afirma:

My basic argument in this essay is that we should encourage an epistemological shift in the way we interpret the nature of cartography. For historians of cartography, I believe a major roadblock to understanding is that we still accept uncritically the broad consensus, with relatively few dissenting voices, of what cartographers tell us maps are supposed to be. In particular, we often tend to work from the premise that mappers engage in an unquestionably 'scientific' or 'objective' form of knowledge creation. *Of course, cartographers believe they have to say this to remain credible but historians do not have that obligation. It is better for us to begin from the premise that cartography is seldom what cartographers say it is*<sup>2</sup>. (grifos nossos).

Há muito de provocativo na citação de Harley, particularmente nos trechos sublinhados. Ainda que a ironia seja justificável tendo em vista o duro embate travado por Harley com a cartografia norte-americana e europeia, não devemos ser levados a

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão adaptada e reduzida do primeiro capítulo de nossa tese de doutorado. OLIVEIRA, Tiago Kramer. “Cartografias do sertão: interpretações e imagens”. In OLIVEIRA, Tiago Kramer. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul* (primeira metade do século XVIII). Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: USP, 2012, pp. 20-59.

<sup>2</sup> HARLEY, John B. “Deconstructing the map”. *Cartographica*. V.26, n° 2, 1989, pp. 1-20, p. 1. Tradução literal: “Meu argumento básico neste ensaio é que devemos incentivar uma mudança epistemológica na forma de interpretar a natureza da cartografia. Para os historiadores da cartografia, acredito que um grande obstáculo para a compreensão é que nós ainda aceitamos acriticamente o amplo consenso, com relativamente poucas as vozes discordantes, sobre o que cartógrafos dizem-nos que os mapas supostamente são. Em particular, muitas vezes tendemos a trabalhar a partir da premissa de que os desenhistas de mapas se envolvem em uma forma, sem dúvida, 'científica' ou 'objetiva' de criação de conhecimento. Claro, cartógrafos acreditam que eles têm que dizer isso para manter a credibilidade, mas os historiadores não têm essa obrigação. É melhor para nós começar a partir da premissa de que a cartografia raramente é o que cartógrafos dizem que é”.

atribuir rótulos e generalizações<sup>3</sup>. Contudo, o “basic argument” de Harley permanece válido: o dever de incentivar uma mudança epistemológica na forma como interpretamos a natureza dos mapas. Nesse sentido, revisitaremos alguns mapas que na Biblioteca Nacional integram uma coleção denominada *mapas sertanistas*.

A classificação *mapas sertanistas* parece óbvia e pouco discutível para pesquisadores acostumados a empregar o termo *sertão* para designar tudo o que diz respeito às conquistas portuguesas em territórios distantes do litoral do Brasil, mas tal obviedade encobre uma série de aspectos que merecem ser problematizados<sup>4</sup>.

Neste artigo exporemos de modo breve e descritivo alguns mapas sertanistas que representam territórios ao centro da América do Sul e discutiremos interpretações e imagens construídas pelo discurso histórico que orientaram e orientam a leitura e análise desses mapas. Acreditamos que tal exercício é fundamental para explorarmos tanto a “natureza dos mapas”, quanto para problematizarmos sua naturalização como “imagem” por meio de enunciados amplamente aceitos.

Um dos vários “mapas sertanistas” disponíveis na Biblioteca Nacional do Brasil foi denominado de *Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá*, e tem 55 x 104 cm<sup>5</sup> (Figura I). Levando em conta a forma como as redes fluviais estão representadas podemos dividir o mapa em duas metades. Na parte direita um caudaloso rio ergue-se como um galho espesso e os demais rios, como galhos menores, unem-se ao principal. Os traços demonstram que os riscos que representam os rios são mais fortes próximos ao *galho* principal e enfraquecem-se na medida em que se distanciam dele. O rio que orienta a localização dos demais é o chamado Rio Grande (que seria o equivalente ao

---

<sup>3</sup> Em primeiro lugar o próprio pioneirismo de Harley pode ser questionado. Matthew Edney aponta que embora os estudos de Harley em conjunto com David Woodward (1987) e, particularmente, os ensaios e artigos do primeiro tenham marcado uma inflexão nos estudos em História da Cartografia, outros autores foram fundamentais para a introdução da Cartografia no campo da História, como Arthur Robinson e trabalhos anteriores de David Woodward. Embora a argumentação de Edney seja coerente, achamos que a procura de uma “fundação” para a Nova História da Cartografia, diz menos respeito às mudanças ocorridas no interior do campo e mais às transformações que as ciências humanas e sociais passaram a partir de meados da década de 60 do século XX, e que apenas tardia e paulatinamente foram incorporadas pelos historiadores da cartografia. Não há dúvida, contudo, que Robinson e Woodward foram autores que fizeram parte do movimento que inseriu a cartografia como objeto do campo da História. EDNEY, Matthew. “Putting ‘cartography’ in the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the creation of a discipline”. *Cartographic Perspectives*. v. 51, 2005, p. 14-29. No caso específico da cartografia portuguesa em relação à América, as afirmações de Harley merecem relativização ainda maior uma vez que os estudos que procuram renovar as perspectivas de análises são realizados tanto por geógrafos e arquitetos quanto por historiadores, talvez, inclusive mais tardiamente pelos últimos. Como exemplo podemos citar diversos trabalhos do geógrafo português João Carlos Garcia e de Beatriz P. S. Bueno, que embora seja historiadora de formação, fez seus estudos de pós-graduação na área de arquitetura.

<sup>4</sup> No dicionário de Raphael Bluteau, *sertão* significa “região apartada do mar e por todas as partes metidas entre terras”. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico (...)* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, v. 7, p. 613.

<sup>5</sup> “Delas [cartas sertanistas] a mais importante é que chamamos ‘Mapa das regiões das monções de São Paulo a Cuiabá’”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 232.

Figura 1



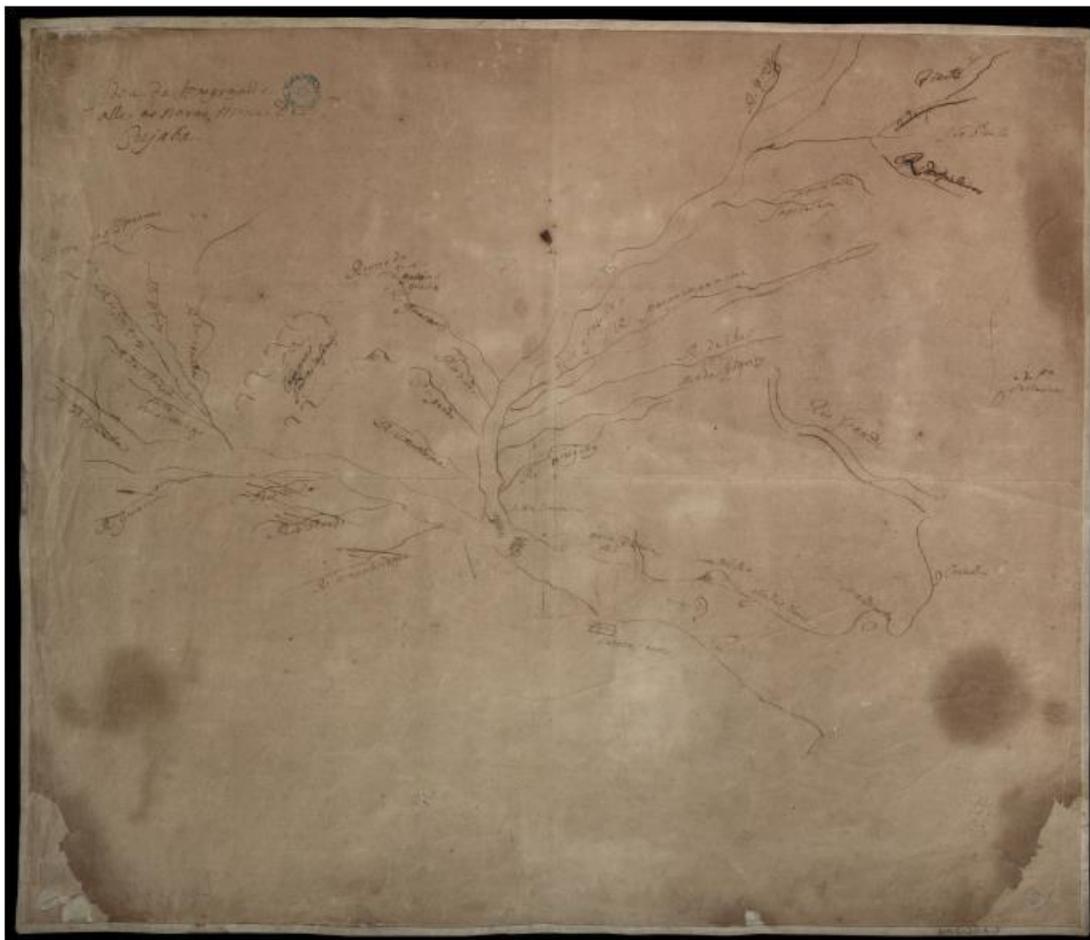
*Mapa da região das monções de São Paulo a Cuiabá ca 1720. Dimensão: 55x104,5cm. Direitos: Biblioteca Nacional (Brasil) Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte.*

rio Paraná<sup>6</sup>), ao nordeste o limite é o rio Piracicaba, ao sudeste o rio Tibagi, a sudoeste o rio “Himinhema”(Ivinhema) e a noroeste o rio “Auacuriu” (Sucuriú).

Na outra metade do mapa, do lado esquerdo, não há o equivalente a um veio principal. Há sim, uma base estreita a partir da qual se abrem os rios. A aparência não é de um tronco de árvore, mas de um arbusto, onde a partir de uma base os ramos abrem-se como em um leque. Na base, o topônimo é *Paraguay*. A base, contudo, não é ponto de convergência entre os *ramos*. As marcas da tinta demonstram que os traços que marcavam os rios eram bastante descontínuos, e tanto o início quanto o fim da maioria deles não é definido. Mes-

<sup>6</sup> Tal “equivalência” (como outras que estabeleceremos) embora útil para fins heurísticos é, em certa medida, relativa e anacrônica. Relativa, pois embora o rio Grande corresponda no trecho representado ao atual rio Paraná, seus traçados nem sempre são correspondentes. Anacrônico, pois o topônimo rio Grande, tinha significado particular para os coevos.

Figura 2



*Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba* 17. Dimensão: 55 x 65cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

mo na convergência dos rios, logo acima da base, os traços não se unem, ou seja, não foi estabelecido um ponto de convergência a partir do qual a rede hidrográfica seria representada.

O segundo mapa (Figura II), *Idea da topographia athe as novas minas de Cujaba* não é datado, mas certamente é da década de vinte do século XVIII, talvez anterior a 1723, uma vez que não representa o varadouro de Camapuã, que passou a partir desse ano a ser parte do principal caminho para as minas do Cuiabá.

O título do mapa, atribuído pelo próprio autor, revela seu objetivo, que não é uma topografia exata e exaustiva, ao mesmo tempo em que define o destino do itinerário: “até as novas minas”. Mas não há referência da origem. Enquanto no primeiro mapa as ligações

Figura 3



*Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço ca. Dimensão: 31x43,5 cm. Coleção: Bibliotheca Nacional Publica da Corte. Acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.*

é bem mais amplo, representando região bem mais ao sul do Estado do Brasil. Enquanto no topo e à direita do mapa é representado o rio Tietê, quase em convergência com o mapa anterior, ao sul, o limite é *Buenos Ayres*.

A larga foz do rio da Prata (não há denominação no mapa) parece ser o ponto de partida para traçar o veio fluvial principal. De sua foz, que aparenta um tronco, para insistirmos na analogia, abre-se uma forquilha, onde para o norte segue o rio denominado, mais uma vez de “rio Grande”, e a oeste segue o mesmo rio até ser interrompido quase na borda do papel. Ainda na costa, acima da foz do Prata, há a foz de outro “rio Grande”, que terra adentro mostra-se caudaloso e de curso indefinido, e acima a ilha de Santa Catarina.

Na *Idea da topografia...* os traços não são firmes e contínuos e são muitas vezes interrompidos e retomados, há várias correções e rabiscos, no entanto a grafia mostra que todos foram feitos pelo mesmo autor. O que poderia demonstrar tratar-se de um rascunho, ou *borrão*, de uma etapa na produção de um mapa melhor acabado. Contudo, tendo em vista que não encontramos outro mapa com estas características e que a cartografia que analisamos não parecia primar pelo *acabamento*, não seria absurdo supor estarmos diante de um mapa pronto.

Apesar das diferenças há um padrão entre os dois mapas: a forma de representar os rios, tanto os afluentes do rio Grande, que são traços que como galhos unem-se ao tronco, quanto o “arbusto” formado pelos rios da metade esquerda do mapa. A diferença fundamental é que as duas metades estão unidas pelo veio que da foz com o Atlântico adentra ao centro da América do Sul.

O terceiro mapa (Figura III) catalogado com o título de *Mapa rudimentar do alto Paraguai com seus afluentes entre os quais o Cuiabá e o Porrudos, atual São Lourenço*, é o que representa mais especificamente a região mais central da América do Sul.

O pequeno mapa, de 31x43 cm, tem na maior parte da sua composição traços grossos e escuros, e é desenhado em sobreposição a outro mapa, em tinta mais clara que representa rios da Bacia do São Francisco. Há também correções e anotações feitas posteriormente, em cor mais clara, por outra pessoa. O mapa mostra uma ruptura importante em relação aos anteriores quanto à escala e a forma de representar os rios.

O que os traços rústicos desses mapas podem revelar sobre a história das conquistas portuguesas no interior do continente americano? Utilizar a documentação cartográfica da primeira metade do século XVIII para o estudo histórico da formação de ambientes coloniais é um desafio em diversos aspectos. Não seremos, contudo, os primeiros a enfrentá-lo. Mais do que simplesmente elencar referências bibliográficas, nosso objetivo é discutir como as interpretações de Jaime Cortesão e de Sérgio Buarque de Holanda construíram pressupostos amplamente aceitos sobre a cartografia e a história dessas conquistas.

Ao invés da representação dos rios em leque como nos dois primeiros mapas citados, neste é estendida uma linha longa que embora não haja topônimo trata-se do rio Paraguai, onde tanto o Taquari quanto o Botetei (atual Miranda) fazem barra, e ao norte, subindo o curso do rio Paraguai há uma forquilha onde à esquerda tem sequência o rio Paraguai e à direita surge o rio dos Porrudos. Este último, rio acima, faz barra à direita com o rio Pequiri e à esquerda, mais acima, com outro rio sem topônimo, mas que trata-se certamente do rio Cuiabá.

Chama atenção a representação que o autor faz das lagoas na parte oriental do rio Paraguai. Do norte para o sul as lagoas de Gaíba, “Marionã” (Manioré) e aos lagos de “Bueponhaiuhy” e “Bucaituba” (que podem corresponder seguindo os mapas atuais respectivamente a Baía Vermelha e a lagoa Cáceres) assinalam que o território bastante próximo das missões jesuíticas era não apenas percorrido, mas também inscrito na rústica cartografia da conquista.

## Mapas sertanistas e seus intérpretes

Há muitas definições sobre o que significam os verbos *cartografar* e *mapear*. Representar o espaço, tentar apreendê-lo, fazê-lo compreensível, percorrível, imaginado, inteligível, por meio de sinais, desenhos, gráficos, palavras, textos verbais e não verbais. Tais práticas são entendidas aqui como parte de uma percepção bastante ampla, e substancialmente metafórica, do que significa cartografar e mapear espaços. Os mapas oriundos dessa “cartografia”, por sua vez, tornam-se lentes a partir das quais se lê o espaço, e a partir das leituras são atribuídos significados, constituídas perspectivas, elaborados projetos. Enfim, leituras que mediam a relação entre as representações e as práticas sociais, práticas estas que se espacializam, que se edificam, materializam-se.

Poderíamos afirmar que a “cartografia do sertão” consiste na construção de representações *sobre* o espaço *do sertão*, e especificamente o das minas do Cuiabá e do Mato Grosso, mas entendemos essa cartografia como mais do que isto. Com efeito, cremos, em “mapas” que “criaram” o *sertão*. “Criação” não implica em não mediação entre a materialidade do espaço representado e os “mapas”, mas implica a elaboração de imagens que deformam, silenciam, enfatizam, classificam, julgam, atribuem, manipulam, ignoram e reinventam os espaços representados.

Aos mapas de época foram sendo superpostas camadas de historicidade, que criaram lentes e filtros que intermediam a relação entre o olhar do observador e a materialidade do documento. As interpretações que cristalizaram determinados pressupostos em relação aos documentos acabam por constituírem-se elas mesmas em *mapas* que orientam, localizam, atribuem lugares e espacializam sentidos aos territórios. Destacamos dois “cartógrafos do sertão” que são particularmente influentes na produção do discurso histórico sobre a história e a cartografia dos territórios interiores dos domínios portugueses na América: Sergio Buarque de Holanda e Jaime Cortesão.

Embora muitos outros pudessem ser citados, acreditamos que os trabalhos desses dois autores oferecem sínteses que aglutinaram, incorporaram, ou superaram perspectivas anteriores, ou seja, suas obras constituem-se elas mesmas em *mapas* que permanecem atualíssimos. Mais do que apenas procurar mostrar equívocos nesses *mapas*, ou buscar atualizá-los, corrigi-los, faz-se relevante explorar os significados de suas indicações, a historicidade de sua produção e a forma como se articulam as diversas temporalidades na produção do discurso histórico<sup>7</sup>. Não temos aqui

---

<sup>7</sup> Nos alicerçamos na definição de historiografia de Michel de Certeau, ou seja, como uma “operação” que articula o lugar social do autor, os procedimentos metodológicos e as características da narrativa histórica. CERTEAU, M. de. “A operação historiográfica”. In CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. E também nos fundamentamos nas discussões de José Jobson de Andrade Arruda. O autor afirma que “a realização efetiva da reflexão historiográfica torna imprescindível a distinção entre a historiografia, entendida na sua primeira acepção, isto é, a arte de produzir obras históricas, e a historiografia, na sua dimensão mais refinada que é a de ser uma análise crítica das obras de história produzidas pelos historiadores e dos próprios historiadores em sua imersão histórica. Vale dizer, pensar as obras

espaço - nem o acúmulo de estudos necessário - para fazê-lo amiúde, contudo, algumas considerações são basilares para a construção de nosso objeto de estudo. De antemão, nunca é demais dizer que não é nossa intenção descartar tais *mapas* como fonte de referência e orientação, pretendemos apenas questionar os caminhos traçados, a toponímia utilizada, as escalas e os símbolos.

Os documentos cartográficos que apresentamos no princípio do artigo foram “descobertos” por Jaime Cortesão no acervo da Biblioteca Nacional. O próprio autor caracterizou os mapas como “sertanistas”. Uma das justificativas para a classificação viria da carta enviada por Diogo Soares, em 1730, a D. João V, na qual afirma que

tenho já junto uma grande cópia de Notícias, *vários roteiros e Mapas dos melhores sertanistas* de São Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata e vou procurando outras, a fim de dar princípio a alguma carta, porque as estrangeiras andam erradíssimas, não só no que toca ao Sertão, mas ainda nas alturas e longitudes<sup>8</sup>. (grifos nossos)

Cortesão afirma que “dentro dessa classificação cabem, é certo, bandeirantes propriamente ditos, isto é, sertanistas de São Paulo (...) luso-brasileiros de outras capitanias, reinóis de há muito residentes no Brasil” e até mesmo “servidores oficiais, civis ou militares, a quem o discorrer (...) por extensos territórios, prestasse uma consciência aguda do espaço e a possibilidade de o representar”<sup>9</sup>. Os textos mais recentes retificam as afirmações de Cortesão<sup>10</sup>.

No discurso histórico de Jaime Cortesão a cartografia sertanista integra ao mesmo tempo o enredo das conquistas portuguesas e da construção do Estado Nacional brasileiro. Desde quando se exilou no Brasil, no princípio da década de

---

que são produzidas não em si mesmas, nos objetos sobre os quais se debruçaram, mas naquilo que são capazes de expressar o entorno problematizado das múltiplas temporalidades que nela se entrecruzam, expondo o tempo a partir de que falam seus atores e agentes, bem como os universos sociais, a ambientação cultural e as motivações dos seus construtores”. ARRUDA, José J. de A. “Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas”. *Saeculum*, v. 16, 2007, pp. 25-31, p. 29. A “aplicação” da perspectiva apresentada por Arruda, nos exigiria um trabalho específico sobre cada autor, o que fizemos foram algumas incursões pela historiografia – “em sua dimensão mais refinada” – e não um trabalho “historiográfico”, no sentido mais amplo do termo.

<sup>8</sup> Carta de Diogo Soares A D. João V apud TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Monçoeiros*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1981, p. 28. É preciso ponderar que na carta Diogo Soares faz referência aos “mapas dos sertanistas” e não “mapas sertanistas”.

<sup>9</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 2009, p. 231. Jaime Cortesão preocupa-se em especificar entre os mapas sertanistas quais seriam de autoria de bandeirantes paulistas, com base na análise das técnicas utilizadas em sua produção.

<sup>10</sup> Segundo Antônio Gilberto Costa, por exemplo, “a produção cartográfica relacionada com a conquista desses sertões, de meados do século XVII até o final do primeiro quartel do século XVIII, apesar de pequena, concentrou-se no registro dos caminhos para as minas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás”. COSTA, Antônio Gilberto. “Dos Roteiros de Todos os Sinais da Costa até a Carta Geral: um projeto de cartografia e os mapas da América Portuguesa e do Brasil Império”, In COSTA, Antônio Gilberto (org). *Roteiro prático de cartografia da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, pp. 83-223, p. 116.

1940, Jaime Cortesão integrou-se ao ambiente acadêmico brasileiro, colaborou para jornais e trabalhou na edição de livros. Logo passou a manter relações regulares de trabalho com o Ministério dos Assuntos Exteriores<sup>11</sup>. No Itamaray, entre 1944 e 1950, Cortesão ministrou cursos de História da Cartografia e História Territorial do Brasil e trabalhou na organização da Mapoteca do Itamaraty<sup>12</sup>. Em uma versão taquigráfica de seu curso de 1944 de História da Cartografia, o autor afirma que

Há que ligar a história da cartografia à história da política em geral e então os meus condiscípulos verão e verão constantemente através de um livro de imagens aparecer pouco a pouco a história do Brasil, e toda a epopeia da sua ocupação. Depois surgiram as capitâneas em meio de tribos primitivas; logo apareceram as primeiras metrópoles; e a marcha do Brasil na ocupação do território. Ergueu-se pouco a pouco, a ossatura do gigante<sup>13</sup>.

Obviamente que o discurso nacionalista de Cortesão em seus cursos no Itamaraty não pode ser desvinculado dos interesses políticos do Estado Novo varguista, tanto do ponto de vista das relações internacionais quanto em relação à imagem de país e de povo brasileiro reconstruído pelo discurso oficial - inclusive em relação aos materiais didáticos para o ensino de história<sup>14</sup>. A forma como Cortesão apresentava os personagens deixava claro que além de fazer aparecer “a história do Brasil”, seu curso visava também ressaltar e promover condutas e uma moral exemplares<sup>15</sup>.

Embora alguns termos utilizados por Cortesão estejam em desuso por historiadores e cartógrafos, os autores mais recentes não hesitam em aceitar uma linearidade entre os limites que foram estabelecidos pelos portugueses e os contornos atuais do Brasil. Essa “ossatura” de que fala Cortesão é também a ossatura de um *corpus* que o próprio Cortesão ajudou a construir: a imagem da longevidade e a legitimidade histórica da suposta unidade territorial brasileira. Episódios posteriores ao período colonial que colocaram territórios de fronteira em litígio com repúblicas

---

<sup>11</sup> OLIVEIRA, Francisco Roque de. “História da cartografia brasileira e mapoteca segundo Jaime Cortesão: o concurso do Itamaraty de 1944”. *Anais do 3º Simpósio Iberoamericano de História da Cartografia*. São Paulo, 2010, p. 1.

<sup>12</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero. “Apresentação”. In CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 13. Suas duas principais obras desse período *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* e a *História do Brasil nos velhos mapas*, foram resultantes dos cursos que ministrou, embora a segunda delas tenha sido publicada apenas na década de 1970, após a morte do autor.

<sup>13</sup> BNP/E25/88. [Jaime Cortesão], [História da Cartografia IV], 1944; [Rio de Janeiro], 190 f. dact. apud OLIVEIRA, Francisco Roque de. Op. cit., 18.

<sup>14</sup> ABUD, Katia Maria. “Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas”. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n° 36, 1998, pp. 103-114.

<sup>15</sup> Como por exemplo, quando Cortesão caracteriza Alexandre de Gusmão como “um estadista, dotado de excepcionalíssimas virtudes e talentos, que pôs a serviço da definição geográfica do Brasil”. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo I. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 7. Ou ainda quando define o padre Diogo Soares como “homem nacional” que “participava igualmente das artes de engenharia e ansiava por colaborar por modo mais completo na formação do Estado do Brasil”. CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 21.

vizinhas – Paraguai, Uruguai, Bolívia – e ainda os conflitos internos durante o período posterior a independência do Brasil são minimizados pelo discurso que construiu um sentido único e teleológico para a história territorial do Brasil. Obviamente que tal percepção era mais que oportuna aos interesses pragmáticos do Estado Novo brasileiro.

Qualquer perspectiva muito determinista, contudo, pode mais ofuscar do que tornar clara a relação entre Cortesão e o governo federal, pois mesmo no interior dos ministérios de Vargas, havia uma diversidade de posições que impossibilitam uma percepção de unidade de pensamento<sup>16</sup>. Algumas informações sobre a trajetória de Cortesão nos fornecem uma ideia do entremeadado de teias na qual o autor estava envolvido.

Cortesão veio de Portugal para o Brasil por questões políticas, por se opor ao Estado Novo português. No Brasil foi convidado por Oswaldo Aranha – então Ministro das Relações Exteriores – que tinha posições simpáticas ao governo estadunidense e opunha-se àqueles que apoiavam o alinhamento do Brasil com a Alemanha na segunda guerra mundial. Depois desse período de guerra, já na década de 1950, Cortesão retorna a Portugal e apoia Humberto Delgado para a presidência, este último, por sua vez, também tinha posições políticas que foram cunhadas no tempo em que passou nos EUA. O nacionalismo brasileiro pós-guerra foi simpático a Humberto Delgado, como podemos ver folheando o jornal nacionalista carioca, *O semanário*<sup>17</sup>.

Por outro lado, como nos mostra Francisco de Oliveira Roque, a fundamentação teórica de Cortesão era a “geografia política da escola alemã”. Na narrativa de Cortesão fica clara a perspectiva da sociedade – tanto a portuguesa como a brasileira – como uma unidade, a centralidade do Estado e de seus agentes, sobretudo os intelectuais, que ao serviço do Estado promovem o *bem comum*. Podemos questionar se tal percepção seria um alinhamento às perspectivas corporativas de sociedade da primeira metade do século XX (que em seu limite levaram aos regimes totalitários, mas que também serviram de base ao Estado Novo brasileiro<sup>18</sup>), ou se remontaria às raízes do pensamento político ibérico moderno<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> CAPELATO, Maria Helena. “Estado Novo: novas histórias”. In FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

<sup>17</sup> Em uma mesma página do periódico, em 1959, há uma homenagem a Oswaldo Aranha e uma matéria sobre a Associação Humberto Delgado. “Oswaldo Aranha, sexagésimo quinto ano”; “Visamos apenas à prática do bem e da verdade”. *O Semanário*. Rio de Janeiro. n.º 148. Ano IV. 26/02 a 04/03, 1959, p. 12.

<sup>18</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Op. cit.* e CAMARGO, Aspásia. “A invenção do Estado Novo”, In CAMARGO, Aspásia e outros. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, pp. 19-37.

<sup>19</sup> Para Richard Morse o surgimento na “Ibero-América” de governos denominados “populistas” remontam a tradição ibérica, pouco afeita ao discurso liberal e democrático que fundamentou o sistema político na “Anglo-América”. MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas América*. São Paulo, Cia das Letras, 1988, p. 95. Para o autor as duas tradições inserem no lado Ibérico “uma orientação para o bem-estar comum à luz do direito natural” e do lado Anglo “outra que chamava atenção para o espaço político da pessoa privada”. MORSE, Richard M. *Op. cit.*, p. 63.

Se no interior do governo Vargas, as contradições impedem qualquer relação muito determinista entre uma suposta ideologia de Estado e o pensamento de Cortesão, a questão fica ainda mais intrincada quando percebemos as ligações que Cortesão tinha com adversários políticos de Vargas, como Júlio de Mesquita. Muitos dos escritos de Cortesão sobre “as bandeiras paulistas” que comporiam o livro *História no Brasil nos Velhos Mapas*, foram publicados concomitantemente no jornal *A manhã* e no *Estado de São Paulo*, este último, jornal de Mesquita Filho.

Convém lembrar que Cortesão começou a ministrar cursos no Itamaraty já no fim do Estado Novo e lá permaneceu até 1955, ou seja, passou pelo governo Dutra e pelo segundo governo Vargas, em um ambiente de liberdade que certamente não encontraria em período anterior<sup>20</sup>. Em 1953 a publicação da primeira edição de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* foi recomendada para publicação pelo próprio presidente Vargas<sup>21</sup>. Já em 1954, nas “Comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo”, Cortesão ficou incumbido de organizar a exposição “São Paulo no quadro da História do Brasil” e publicou no jornal *O Estado de São Paulo* uma série de artigos sob o título de *Ensaio Paulistas*<sup>22</sup>. Como explicar a harmoniosa relação de Cortesão com lados opostos da luta política no cenário nacional? A explicação talvez possa ser encontrada a partir do sugestivo título da exposição organizada por Cortesão. Diferentemente da década de 1930, marcada por conflitos entre a esfera federal e os interesses políticos de São Paulo, a década de 1940 e 1950 apresenta um quadro completamente diverso<sup>23</sup>. Parece que o discurso de Cortesão que por um lado não despreza a contribuição do “bandeirante paulista” para a configuração territorial do país e por outro ressalta a importância do projeto político português para sua consolidação, pode ter convergido na síntese histórica que legitimava um posicionamento político que, embora a memória não tenha se importado em reafirmar e legitimar<sup>24</sup>, foi de singular importância para a emergência de determinados discursos sobre a história do Brasil. A trajetória de Cortesão no Brasil, portanto, desafia a memória e discursos históricos simplistas sobre a política paulista e brasileira.

Para Cortesão, no que diz respeito estritamente à história da produção de mapas para fins diplomáticos, os mapas de “sertanistas” e “bandeirantes” seriam

---

<sup>20</sup> O jornal *O Estado de São Paulo*, por exemplo, foi expropriado da família Mesquita entre 1940 e 1950.

<sup>21</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001, p. 6.

<sup>22</sup> LOSEFO, Sílvio L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. São Paulo: Annablume, 2004, p. 182.

<sup>23</sup> Mesmo admitindo a força de setores opositores a Vargas, foi em aliança com Adhemar de Barros, governador de São Paulo, que Getúlio elegeu-se presidente da república em 1950, com 64,3% dos votos do eleitorado paulista, enquanto o índice nacional foi de 48,7%. GONÇALVES, Alcindo. *Lutas e Sonhos: cultura política e hegemonia progressiva em Santos*. São Paulo: Unesp, 1995, p. 144.

<sup>24</sup> Lembrando que em São Paulo todos os anos comemora-se com feriado estadual a Revolta Constitucionalista de 1932.

importantes referências aos cartógrafos portugueses, para o período que o autor denominou como “antecedentes próximos do Tratado de Madri”<sup>25</sup>. No discurso genealógico de Cortesão as cartas sertanistas serviram de base para a produção de mapas feita pelos “padres matemáticos” – Domingos Capacci e Diogo Soares - em um momento de “renascimento da cartografia em Portugal”<sup>26</sup>, que por sua vez constituiu-se em um conhecimento fundamental e secreto, muito importante para as negociações do Tratado de Madri e para a confecção do Mapa das Côrtes que, por sua vez, serviu de base para os tratados de limites que, como vimos seriam, para o autor, o momento crucial na formação territorial do Brasil.

Cortesão não se contentou em abordar a utilidade da cartografia *sertanista* para o projeto territorial português e brasileiro. Ele demonstrou especial interesse nesses mapas,

Não foi sem emoção que demos com esse tesouro e nos debruçamos e estudamos aqueles traçados. Caracterizados quase sempre pelo seu primitivismo, o grupo dessas cartas que abrange a zona das *monções*, isto é, das expedições exploradoras e colonizadoras, que em épocas regulares partiam de São Paulo para Cuiabá, *sobressai pelos traços vigorosos e rápidos e prima entre outros pela rudeza, a segurança, e, se nos é permitido em caso tal, pelo poder de síntese*<sup>27</sup>. (grifos nossos)

A percepção de Cortesão de que os mapas *sertanistas* são marcados pelo “primitivismo, ou melhor, o arcaísmo índio do traçado”<sup>28</sup>, está alicerçada pela perspectiva de etnólogos do século XIX e antropólogos das primeiras décadas do século XX. O autor aponta que “devemos considerar que esses traços fundamentais são comuns a outros povos primitivos (...) cujos conhecimentos geográficos guiaram muitas vezes os exploradores noutras regiões dos outros continentes”. Após citar vários exemplos de expedições guiadas por traçados “primitivos” em diversos continentes, Cortesão cita a obra *Maps of primitive Peoples*<sup>29</sup>. Cortesão conclui que duas são as “faculdades máximas” dos “povos primitivos”: “a visão telescópica” e a “extraordinária memória visual”. Cortesão pontilha exemplos da colaboração dos índios aos exploradores, desde sua utilização como guias, as contribuições na elaboração de mapas, em um período que inicia-se no século XVI e XVII e chega aos

---

<sup>25</sup> CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Tomo II. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 2001.

<sup>26</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. 176.

<sup>27</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2009, p. 232.

<sup>28</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 233.

<sup>29</sup> De autoria de B. P. Adler “discípulo de Ratzel”, publicado em 1910, autor que, nas palavras de Cortesão, estudou os “mapas desses povos, quer traçados na areia, quer com tinta ou sangue, em madeira, papel ou couro; quer esculpidos em relevo e tecidos com varas e fibras vegetais”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Op. cit., p. 233.

relatos de Von den Steinen, já no final do século XIX e de Koch-Grünberg no princípio do século XX. A fundamentação teórica no discurso etnológico e antropológico – sobretudo alemão – e os exemplos citados serviram para legitimar uma analogia inequívoca entre a geografia dos índios e a cartografia *sertanista*, em particular a “sertanista-bandeirante”. Para o autor “o irrecusável parentesco com a cartografia primitiva do aborígene (...) desfaz todas as dúvidas”<sup>30</sup>. No esforço de contabilizar em pormenores “o tesouro” que encontrou, acrescenta,

A tal ponto que essa *profunda afinidade* nos surgiu desde logo como um critério seguro para *distinguir, dentre as cartas de sertanistas, as que são de bandeirantes*. Colocando, lado a lado, as cartas que estamos referindo e certos mapas de índios, recolhidos por Von den Steinen, no alto Xingu, entre os aborígenes, cuja cultura estava no estágio de primitivismo puro, a semelhança e flagrantíssima. Um e outras denunciam *o mesmo fundo cultural, numa arte ao mesmo tempo simples, rude e vigorosa de exprimir os factos geográficos, na sua essencialidade utilitária*. Ao invés, os mapas que podemos *chamar de sertanistas ou ainda de cartografia sábia*, denunciam a primeira vista uma arte e cultura plástica muito mais evoluídas<sup>31</sup>. (grifos nossos)

As cartas “bandeirantes” seriam, portanto, mais próximas da cartografia indígena do que outros mapas “sertanistas”. Mas como explicar o fato dos portugueses terem utilizado de técnicas indígenas na produção de mapas? Para o autor apesar das diferenças profundas entre “o português de Quinhentos” e os índios, sobretudo a “idade cultural”. Os “dois em certos aspectos se assemelham e essas coincidências foram, desde os primeiros tempos, base de entendimento, e logo, fusão harmônica de raça até de culturas”. Cortesão retoma a tese de Gilberto Freyre – sobre as relações entre escravos e portugueses<sup>32</sup> –, cita Hegel<sup>33</sup> e o historiador Edgard Prestage<sup>34</sup> para defender que “ao lado da tolerância ética e democrática que aproximou o português dos outros povos, influenciou profundamente na sua atitude

<sup>30</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 233.

<sup>31</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. *Op. cit.*, p. 233.

<sup>32</sup> O texto de Freyre citado por Cortesão é *Interpretação do Brasil*. Segundo Cortesão “Admite Gilberto Freyre que as rebeliões dos escravos negros ‘não tenham sido em nenhum tempo tão numerosas ou violentas no Brasil como em outras regiões da América, talvez porque o tratamento dado pelos portugueses, e mais tarde pelos brasileiros, provocasse menos o desejo de rebelião por parte dos oprimidos’. E acrescenta por forma mais terminante: ‘E outra não é a conclusão dos historiadores e sociólogos brasileiros que melhor têm estudado a história social da região agrária e escravocrata, pelos meios mais objetivos e imparciais de estudo’”. CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 94.

<sup>33</sup> A obra citada, com título da tradução em espanhol é *Lecciones sobre la filosofia de la Historia Universal*. “Os portugueses foram mais humanos que os holandeses, os espanhóis e os ingleses”. HEGEL apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>34</sup> “Os senhores [portugueses] tratavam os cativos, como outros quaisquer servidores, ensinando os officios aos mais moços, dando-lhes liberdade e casando-os com mulheres portuguesas. (...) A escravidão raramente assumia entre o duro aspecto que teve, quando praticada pelas raças norte-europeias”. PRESTAGE, Edgard, apud CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

com as raças indígenas e os escravos negros a diferença na formação e caráter, mais humano e compassivo, que o distingue dos espanhóis”<sup>35</sup>. O autor destaca ainda as qualidades do português como “povo construtor de Estado”, e insere a história das “bandeiras” na epopeia portuguesa:

Ninguém como Júlio de Mesquita Filho fez justiça a essas qualidades. Segundo ele, “o tipo humano que a assombrosa epopeia [dos portugueses] cria é idêntico a si mesmo, quer surja nos mares da Índia, da China e do Japão, quer emerja das sombrias florestas que das praias de S. Vicente galgam a serra do Mar para estender-se interminavelmente pelo planalto central a dentro”. E o sociólogo das bandeiras define como virtualidades expansionistas do português o seu grande poder de adaptação biogenético, e, mais que tudo, “o instinto político que o levava em todas as latitudes a imprimir seus feitos e gestos um cunho nitidamente construtivo”<sup>36</sup>.

A cartografia sertanista resultaria, portanto, das virtudes do colonizador e no fato de que os “portugueses e tupis acertavam o passo”<sup>37</sup>. Muitas práticas indígenas teriam sido simplesmente incorporadas pelos colonizadores, como por exemplo, “a agricultura de mandioca e do milho; a técnica da pesca e a seleção das espécies comestíveis; os tecidos de algodão; a rede; o fumo; o mate; o cacau e a utilização da borracha”, acrescenta ainda o autor que “vários métodos de proteção, defesa e subsistência durante as marchas a pé, uma técnica própria de construção naval e navegação fluvial; vastos conhecimentos geográficos do território; e traçados cartográficos, que embora representassem uma arte de primitivos, auxiliaram poderosamente a expansão portuguesa no continente”<sup>38</sup>. As bandeiras seriam, portanto, uma especificidade dentro de um quadro geral, um exemplo do “êxito de certos cruzamentos” ocorridos no processo expansionista luso.

As questões que envolvem a cartografia sertanista e a “geografia dos índios” são ao mesmo tempo os pontos que aproximam e os que distanciam a perspectiva de Cortesão das formulações do segundo autor que iremos expor, Sergio Buarque de Holanda. Aliás, Cortesão cita o “notabilíssimo estudo” onde Holanda destaca a importância da cultura indígena para a compreensão da expansão territorial paulista: o artigo *Índios e mamelucos na expansão paulista*, de 1949<sup>39</sup>. No artigo Holanda defende a assimilação por parte dos colonizadores paulistas de práticas ameríndias. Aspecto reiterado em trabalhos posteriores. A respeito da relação entre a cartografia

<sup>35</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>36</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 104. A obra citada de Mesquita é *Ensaio Sul Americanos*, de 1946.

<sup>37</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 105.

<sup>38</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 69-70.

<sup>39</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Anais do Museu Paulista*. n. 13, 1949.

sertanista e “os moradores primitivos da terra”, a percepção de Holanda é quase idêntica a de Cortesão<sup>40</sup>. Para Holanda,

Alguns mapas e textos do século XVII apresentam-nos a vila de São Paulo como centro de um amplo sistema de estradas expandindo-se rumo ao sertão e à costa. *Os toscos desenhos e os nomes estropiados* desorientam, não raro, quem pretenda servir-se desses documentos para elucidação de algum ponto obscuro de nossa geografia histórica. Recordam-nos, entretanto, a singular importância dessas estradas para a região da Piratininga, cujos destinos aparecem assim representados como em *um panorama simbólico*. Neste caso, como em quase tudo, os adventícios deveram habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores das terras<sup>41</sup>. (grifos nossos)

Jaime Cortesão ao citar o renomado historiador afirma que “convém esclarecer que Sérgio Buarque de Holanda e o autor desta obra escreveram quase que simultaneamente e independentemente um do outro sobre o mesmo tema”<sup>42</sup>. O modo como ambos chegaram a conclusões parecidas sobre as características da cartografia indígena, tem relação com a aproximação de Holanda com a antropologia alemã. Segundo Mariana Françoze, Sergio Buarque de Holanda, ao trabalhar como diretor do Museu Paulista, manteve contato “frequente com etnólogos”, assim como “teve acesso a livros e artigos que compunham o conjunto de conhecimento etnológico alemão”<sup>43</sup>. É a partir dos resultados das pesquisas desses etnólogos que Holanda estabelece a relação de analogia entre a cartografia sertanista e o conhecimento geográfico indígena. Assim como Cortesão, ele relaciona o nomadismo com “senso de orientação quase miraculoso” dos índios, e acrescenta,

---

<sup>40</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. “Índios e mamelucos na expansão paulista”. *Op. cit.* Segundo Cortesão “Com razão e lucidez escreve Sérgio Buarque de Holanda a propósito destas convenções: ‘Ao lado do detalhe preciso ou pictoresco, exagerado aqui e ali pela surpresa, há em alguns desses desenhos indício de um aproveitamento rigoroso da experiência anterior, em esquemas onde tudo visa a utilidade. Para tanto é indispensável a existência humana duma verdadeira elaboração mental, de um poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações ainda correntes a cerca da *mentalidade primitiva*.’ E referindo-se a um dos mapas obtidos por Von den Steinen, acrescenta: ‘O desenho chega a libertar-se, muitas vezes, da pura imagem visual. Na queda de água, representada por um meio de um círculo, no Rio Batovi, designado com uma linha quebrada, que não pretende reproduzir todas as sinuosidades do curso, mas tão-somente indicar sua irregularidade extrema e com isso acautelar o viajante inexperiente, atingem-se sem mais rodeios as finalidades informativas e rememorativas requeridas de tais processos’”. CORTESÃO, Jaime. *História da Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 56-64.

<sup>41</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 23.

<sup>42</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo I. *Op. cit.*, p. 105. A autor acrescenta que “todas as fontes utilizadas por nós e os respectivos conceitos vinham sendo citados e expostos, desde 1944, no nosso curso de *História da Cartografia do Brasil*, dado no Itamaraty naquele ano, e em artigos sucessivos, publicados sob o título comum de ‘Introdução à história das bandeiras’, durante os anos de 1947-1948, nos jornais *A Manhã*, no Rio, e *O Estado de São Paulo*, de São Paulo”.

<sup>43</sup> FRANCOZO, Mariana. “Os outros alemães de Sérgio: etnografia e povos indígenas em Caminhos e fronteiras”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007, pp. 137-152.

Disso há exemplo na extraordinária habilidade cartográfica de que frequentemente são dotados. Von den Steinen descreve-nos como um capitão suíá desenhou na areia (...) parte do curso do Alto Xingu (...). dessa capacidade de representação gráfica entre os índios também faz menção Theodor Koch-Grünberg, que viu um taulipangue desenhar o curso completo do Cuquenau com seus setenta afluentes (...). Outro etnólogo, Fritz Krause, conseguiu informar-se minuciosamente da localização das tribos da zona do Tapirapé, graças a simples croquis geográficos de um carajá (...)<sup>44</sup>.

Françoza pondera, entretanto, que a interpretação de Sergio Buarque de Holanda diferia da perspectiva dos etnólogos alemães que “previam a destruição dos povos indígenas” em contato com “os brancos”. De fato, em *Caminhos e Fronteiras* quando analisa as práticas de caça e pesca, Holanda assinala a “solidariedade cultural que logo se estabeleceu entre o invasor e a raça subjugada”<sup>45</sup>. Para Françoza, o motivo de Holanda encontrar no trabalho de etnólogos alemães – e não em documentos de época – a principal base empírica para sustentar seus argumentos reside “numa diferença fundamental entre esses dois tipos de fonte, diferença esta que diz respeito à natureza mesma desses textos”. Enquanto no primeiro tipo “o olhar desses escritores estava embasado em noções de humanidade, verdade, bem e mal próprias do período moderno” no segundo “esses cientistas vieram à América do Sul buscar dados e informações entre algumas sociedades indígenas, pois estavam preocupados em entender questões, postas para a ciência daquele período, sobre as diferenças e as similaridades entre os grupos humanos (...) assim como sobre o modo de vida (...)”<sup>46</sup>. Não desconsiderando as afirmações da autora, pensamos que as questões que o levam a se apropriar do conhecimento dos etnólogos estão ligadas às estratégias narrativas elaboradas pelo autor desde seus primeiros trabalhos<sup>47</sup>. Na etnologia alemã o autor encontrou os “exemplos” que precisava para, por analogia, sustentar suas próprias concepções, da mesma forma como fazia com os documentos do período colonial.

Para entrarmos nessa trama na qual Holanda habilmente amarrou testemunhos coloniais, trabalhos de etnólogos e diversas outras fontes, para sustentar uma determinada perspectiva sobre a cartografia “sertanista”, é necessário fazermos algumas considerações sobre aspectos não tão pontuais de sua obra.

Em seus diversos trabalhos, Sergio Buarque de Holanda inseriu o sertanismo em determinadas perspectivas sobre a História do Brasil que foram nuançadas ao passar das décadas. Como apontou Fernando Novais, se enfatizarmos a variedade de “temas e momentos na obra do historiador” iremos destacar a diversidade de

---

<sup>44</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 23.

<sup>45</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 60-61.

<sup>46</sup> FRANCOZO, Mariana. *Op. cit.*, p. 147.

<sup>47</sup> Ver PESAVENTO, Sandra J. “Cartografias do sertão. Palimpsestos na escrita da História”. In PESAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 17-79.

sua obra e procurar por “passagens” de um para outro momento. Mas “talvez seja importante reler o conjunto do ponto de vista da sua unidade (...) entender porque nos sentimos ‘desterrados em nossa própria terra’, isto é, sondar as estruturas mais profundas de nosso modo de ser, para visualizar as possibilidades de modernização que nos reserva o futuro”. Era esta para Novais a “persistente e quase obsessiva indagação”<sup>48</sup> de Sergio Buarque de Holanda, desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*. Holanda encontra no Planalto da Piratininga uma chave interpretativa para problematizar a formação histórica do Brasil, “ali nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional (...) pela primeira vez a inércia difusa da população colonial adquire forma própria e encontra uma voz articulada”. Para Holanda

A expansão dos pionners paulistas, entre os quais se destacam figuras monumentais, como a desse extraordinário Antonio Raposo Tavares, não tinha suas raízes do outro lado do oceano, *podia* dispensar o estímulo da metrópole, e fazia-se *frequentemente* contra a vontade e contra os interesses *imediatos* desta. (grifos nossos).<sup>49</sup>

A proximidade entre as perspectivas de Cortesão e Holanda vão dissipando-se na medida em que as características da cartografia sertanista e, obviamente, do próprio sertanismo, vão sendo relacionadas com contextos mais amplos. Para utilizarmos a analogia do mapa, apesar da representação topográfica do sertanismo serem parecidas entre os autores, nos mapas em escalas mais amplas o sertanismo ocupa lugares distintos.

Antes que se faça qualquer conclusão apressada da caracterização de Holanda sobre a relação entre portugueses e sertanistas, partindo do pressuposto da defesa de uma radical ruptura entre o legado português e o paulista, é necessário apontar que o autor em *Raízes do Brasil*, ao utilizar as palavras sublinhadas impede qualquer raciocínio que generalize as relações entre paulistas e portugueses. O que existe é uma ênfase na inflexão histórica que a expansão paulista significaria para a história do Brasil e para a construção contraditória da identidade nacional. Poderíamos apressadamente lançar a obra em sua imersão no tempo histórico, dos primeiros anos da década de 1930, relacionar a citação com o discurso de São Paulo como “locomotiva da nação” e ainda com a legitimidade da Revolta Constitucionalista de 1932. Mas tais acontecimentos e perspectivas, embora contemporâneas de Holanda, parecem não ter sido aquelas que afetaram particularmente a sua obra. Embora nascido em São Paulo, Sergio Buarque mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar Direito na tradicional Faculdade de Direito, curso que concluiu em 1925. Ao longo de toda a década de 1920 integrou o movimento modernista paulis-

---

<sup>48</sup> NOVAIS, Fernando. *Prefácio*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 7.

<sup>49</sup> HOLANDA, Sergio B de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo, 1995, p. 102.

ta e foi seu representante no Rio de Janeiro<sup>50</sup>. Parecem emergir desse contexto cultural e literário – que também é político – as questões que marcariam a sua obra. Ao analisar as correspondências, na década de 1920, entre Sergio Buarque de Holanda e autores modernistas – entre os quais Mario de Andrade – e artigos publicados em revistas, Júlia S. Mattos afirma que “o jovem [Holanda] imerso nos caminhos da literatura apresentava em sua correspondência e artigos suas primeiras inquietações de historiador, as raízes de nossos hábitos, costumes e cultura”. A autora conclui que “podemos perceber como a proposta modernista, de romper com os velhos padrões importados, permaneceu no pensamento buarquiano e adentrou sua primeira obra”<sup>51</sup>.

A história de São Paulo torna-se o mote de suas pesquisas, pois o autor percebe São Paulo como “polo modernizador do Brasil e precisa por isso ser apanhado em sua especificidade” e os “tempos coloniais” seriam “privilegiados para descobrir as raízes mais profundas dessa peculiaridade”<sup>52</sup>. Os seus posteriores estudos mais focados na cultura material e o viés antropológico de suas análises não excluem a possibilidade de pensarmos certos aspectos que percorrem toda a obra de Holanda e que vão fornecer subsídios, construir quadros, nuançar e enfatizar perspectivas que orientam a relação do autor com a documentação histórica. Em um trabalho minucioso sobre as obras *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras*, João Kennedy Eugênio identifica a continuidade de um “organicismo”:

O livro do historiador consumado [*Caminhos e fronteiras*], pleno de erudição disciplinada, que efetuou a passagem do ensaísmo para a pesquisa histórica, na verdade, continua sob vários aspectos o debate travado em *Raízes do Brasil* – continuidade orgânica – e organicismo do ensaio. Em *Raízes do Brasil* a concepção “orgânica” deparava com sério obstáculo: os brasileiros teimavam em agir de forma não adaptativa, menosprezavam a tradição histórica (...). Já em *Caminhos e fronteiras*, se as marcas do organicismo são menos visíveis, o organicismo lá é inteiro (sem matriz rival), amplo e sereno. Desviando o olhar da história do Brasil como um todo, Sergio Buarque vê a realização do crescimento orgânico e da adaptação da sociedade brasileira do latifúndio monocultor e escravista. Nesse livro Sergio Buarque de Holanda faz história de inspiração antropológica e isto já revela um traço do organicismo (...). Em *Caminhos e fronteiras* a pesquisa disciplina e a narrativa histórica são guiadas pela imaginação orgânica: os tópicos característicos (crescimento orgânico, adaptação à realidade, singularidade cultural) estão em toda a parte e os capítulos compõem um tácito argumento organicista. Mais que apenas um erudito livro de história, *Cami-*

<sup>50</sup> CANDIDO, Antonio & CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: modernismo*. São Paulo: DIFEL, 1983, p. 13.

<sup>51</sup> MATOS, Júlia S. “Cartas Trocadas; Sergio Buarque de Holanda e os bastidores da revista *Klaxon*”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. v. 7, n. 2, pp. 1-15, p. 10.

<sup>52</sup> NOVAIS, Fernando. *Prefácio*. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª Edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994, p. 7.

*nhos e fronteiras* é uma intervenção velada no debate sobre a história do Brasil e as vias de acesso à modernidade<sup>53</sup>.

A continuidade da perspectiva organicista acaba por conferir aos documentos sertanistas uma “função” no interior do discurso de Holanda, discurso este que – seguindo Eugênio – é marcado por noções tácitas de “forma”, de “ritmo espontâneo” e de “disciplina espontânea”.

Mas se não existe uma ruptura com o organicismo na dita “passagem” entre ensaísmo e pesquisa histórica na abordagem de Sergio Buarque de Holanda, há outras descontinuidades que são reveladoras de mudanças de perspectivas do autor. Eugênio analisa, por exemplo, como da edição de *Raízes do Brasil*, de 1948, foram suprimidos vários trechos nos quais fazia crítica duras “ao mito do progresso”, ao “marxismo” e a possibilidade efetiva de revoluções sociais. Tal mudança pode ser explicada pela relação conflituosa de Sergio Buarque com o Estado Novo brasileiro e pelo contexto posterior a segunda guerra mundial<sup>54</sup>.

Distante da perspectiva dos que definiam as bandeiras como uma expansão a serviço da construção territorial do Estado, Holanda percebe o movimento das bandeiras como uma espécie de elo perdido no desenvolvimento do país. No interior da expansão sertanista as monções seriam o elemento dinâmico um “empreendimento capitalista (...) no sentido mais lato e naturalmente menos rigoroso”<sup>55</sup>.

No entanto, a racionalidade nas relações de comércio monçoeiras não se estendiam aos outros aspectos da sociedade que se expandia com o sertanismo: a agricultura irregular abandonada; os traçados urbanos espontâneos, efêmeros ou inexistentes; as técnicas agrícolas, de navegação, de caça, de pesca, de representação cartográfica do espaço, todos esses elementos eram tributários da “tradição indígena”.

A relação entre os sertanistas e os índios resultaria no “retrocesso a condições mais primitivas” e “era manifesto nesses conquistadores a marca do chamado selvagem, da raça conquistada”. O autor ressalta, todavia, que essa marca “não é um traço negativo”, mas “elemento fecundo e positivo capaz de estabelecer poderosos vínculos entre o invasor e a nova terra”<sup>56</sup>. Em sua perspectiva, o grande feito das monções não foi inculcar uma lógica capitalista à expansão colonial, mas desempenhar uma “função histórica” e os “esforços daqueles desbravadores” signifi-

<sup>53</sup> EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. O organicismo em *Raízes do Brasil* e *Caminhos e fronteiras*, de Sergio Buarque de Holanda. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2010, p. 442.

<sup>54</sup> “Ao ver o Estado Novo utilizar o discurso organicista, Sérgio mudou de ânimo: decidiu revisar *Raízes do Brasil*. Foi, talvez, o primeiro choque entre os vários que o fizeram revisar o ensaio, atenuando a visão organicista e realçando o viés progressista, que surge em parte para compensar a ideia de desenvolvimento orgânico. Não é à toa que, em 1945, Sergio Buarque participará ativamente da luta da Associação Brasileira de Escritores contra a censura e o Estado Novo. Some-se a isto o final da Segunda Guerra e a revelação dos horrores nazistas e teremos indícios dos motivos que levaram à revisão de *Raízes do Brasil*”. EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. *Op. cit.*, p. 323.

<sup>55</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 150.

<sup>56</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. *Op. cit.*, p. 21.

cou “uma parcela de maior importância (...) para a unidade de nosso país”<sup>57</sup>. Assim como em Cortesão, ele estabelece uma linearidade entre conquistas coloniais e as fronteiras do Brasil. Mas não há em sua obra um caráter nacional, estatal dessas conquistas. O historiador percebe na relação entre índios e portugueses a aclimação com o meio, como a condição sem a qual “não poderíamos conceber facilmente muito daqueles sertanejos audazes, que chegaram a aclamar um rei de sua casta e dos quais dizia certo governador português formavam uma república per si, desdenhosos das leis humanas e divinas”<sup>58</sup>.

Postas estas questões, uma leitura descuidada poderia nos levar a crer que o autor defende a ausência do caráter português na expansão paulista, mas sua posição é mais densa e situada entre dois extremos, como deixou claro em publicação de 1946. Holanda afirmou “não pensar em tudo” como o etnólogo e historiador alemão George Friedrici para quem “os descobridores, exploradores, conquistadores do interior do Brasil não foram os portugueses, mas os brasileiros mestiços, mamelucos. E também, unidos a eles, os primitivos indígenas da terra”. Por outro lado aponta que “não hesitaria em subscrever pontos de vista como os recentemente sustentados pelo sr. Julio de Mesquita Filho, de que o movimento das bandeiras se enquadra em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na Ásia, na África, e na América (...)”. Mas Holanda faz uma reserva importante para concordar com Mesquita Filho, “a de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem”<sup>59</sup>.

A afirmação de Holanda contribui para a sustentação da afirmação de Chiara Vangelista de que o autor contrapõe “à família patriarcal do Nordeste de Gilberto Freyre, mas também ao senhor da terra do Sul de Francisco de Oliveira Viana (...) um luso-paulista que conquista a terra (...)”<sup>60</sup>. Há que se perceber, contudo, algumas nuances insinuadas por Holanda, desde a primeira edição de *Raízes do Brasil*. Afirmar que as bandeiras paulistas não atendiam interesses imediatos da metrópole não significa pensar a completa dissociação entre esses interesses e a expansão sertanista. Defender que a plasticidade da cultura portuguesa facilitou a aproximação com a cultura indígena, verificável na cultura material, não denota a não dominação europeia do território, por meio da ação dos sertanistas. Em sua obra póstuma – *O extremo oeste* – Sérgio Buarque é bem mais enfático, e podemos perceber claramente quais são os enunciados que o autor confronta. De um lado critica a perspectiva defendida por Cortesão – citando inclusive a *História do Brasil nos Velhos Mapas* – e com um tom acima do irônico, afirma que

---

<sup>57</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op. cit., p. 151.

<sup>58</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Op. cit., p. 21.

<sup>59</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *A língua geral de São Paulo* apud EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo*. Op. cit. p. 359.

<sup>60</sup> VANGELISTA, Chiara. “Sua vocação estaria no caminho: espaço, território e fronteira”. In PE-SAVENTO, Sandra J (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sergio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, pp. 107-142, p. 137-138.

Se deveu o Brasil *sua extensão atual e sua unidade* a uma política de comprovada sabedoria, capaz de pesar o imponderável, calcular o incalculável, fabricando o futuro sob medida, a medida de seus próprios interesses, todo o mérito pelos resultados obtidos é atribuível a política de Lisboa, que, segundo essas especulações, já os tinha previsto e sempre pelejou por alcançá-los. Não será menor, todavia, o mérito dos que no Brasil se tornaram agentes, talvez involuntários, de tão insigne programa. Isto é: não sai diminuída a glória dos sertanistas que trilharam, sem o perceber, caminhos já traçados do além-mar. Do mesmo modo as ações humanas não perdem sua dignidade se a vontade que as anima conflui com o querer de Deus, pois é o contrário é o que parece certo<sup>61</sup>. (grifos nossos)

As palavras voltam-se nomeadamente para Cortesão e para “autores hispano-americanos”, como Efraim Cardozo e Juan Baptista Albert. Holanda aponta que não apenas aos lusos e aos brasileiros servia tal teoria, mas também aos espanhóis e às repúblicas sul-americanas para mostrar que o “engrandecimento territorial do Brasil (...) não dependeu, senão excepcionalmente, de virtudes guerreiras superiores”<sup>62</sup>.

No trecho que sublinhamos há um ponto de convergência entre Holanda e os autores por ele criticados: a ideia de que a extensão e a unidade territorial do Brasil teriam sido delineadas pela expansão do sertanismo. A discordância está na atribuição do feito. Em um ou outro caso o que está em jogo não são apenas as interpretações divergentes sobre a documentação do período colonial. O que está em questão é a avaliação histórica do lugar do Estado na construção territorial do país, e do lugar daqueles agentes sociais que conquistaram os territórios indígenas, “aclimatando-se”, ou no limite, renegando suas origens culturais para assimilar a cultura material indígena como sua própria.

## Palavras finais

Este artigo surgiu de uma inquietação. Percebemos que muitos textos retomam e apropriam-se de percepções de Holanda e Cortesão sobre a formação territorial do Brasil Colonial, sem questionar a forma como os autores chegaram a estas.

---

<sup>61</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense; Secretaria de Estado e de Cultura, 1986, p. 90. Talvez Sergio Buarque ainda tivesse em mente o texto de Cortesão para o *IV Centenário da Cidade de São Paulo*. Segundo Cortesão “Martim Afonso ergue-se no átrio da colonização portuguesa do Brasil, como o homem que relançou as grandes possibilidades da fundação de Piratininga (...). Toda a história da metrópole da expansão geográfica brasileira estava em germe na consciência geopolítica do fundador”. CORTESÃO, Jaime. *A fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil* apud LOSEFO, Silvio L. *IV Centenário da Cidade de São Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro*. *Op. cit.*, p. 182.

<sup>62</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. *Op. cit.*, p. 93.

A documentação composta por mapas e relatos sertanistas, portanto, serviram para Cortesão e Holanda comporem quadros em alguns pontos completamente distintos, mas partindo de alguns pressupostos similares. A construção das imagens sobre a paisagem colonial do centro da América do Sul, contudo, não pode ser atribuída exclusivamente a este ou àquele autor. Jaime Cortesão e, principalmente Sergio Buarque de Holanda, utilizaram-se de símbolos amplamente aceitos para construir seus “mapas”. Buscaram suas referências em um *lugar comum*<sup>63</sup>. A imagem de um “sertão” onde a ausência de relações sociais regulares, de vida urbana e principalmente de ambientes rurais fixos, fora construída ainda em meados do século XIX<sup>64</sup>.

Acreditamos que uma análise mais detida da documentação, tanto mapas quanto relatos, correspondências, cartas de sesmarias, podem servir para elucidar aspectos ofuscados pelas perspectivas apontadas no artigo, como a relação entre ameríndios e sertanistas, a relação de ambos com o poder da Coroa portuguesa e as relações de fronteira entre espanhóis e portugueses.

Obviamente que as considerações que fizemos não desmerecem as teses desenvolvidas por Cortesão e Holanda, mas dão mais historicidade a elas e mostram a necessidade de voltarmos nosso olhar para os documentos de modo diverso, problematizando pressupostos amplamente aceitos. Em relação aos “mapas sertanistas” estes pressupostos passaram a constituir a “natureza” desses mapas, sua classificação, sua história, sua memória. Ao expor e desconstruir estes pressupostos pretendemos dar um “primeiro passo” na direção de uma análise mais detida e criteriosa dos rústicos mapas das conquistas portuguesas no centro da América do Sul<sup>65</sup>.

*Artigo recebido em 22 de abril de 2013.*

*Aprovado em 08 de outubro de 2013.*

---

<sup>63</sup> Na acepção do termo definida por Myrian R. D' Allones, “a de significaram mais que simples clichês e banalidades; de serem lugares do “comum”, ou seja, um fundo compartilhado de ideias, noções, teorias, crenças e preconceitos, permitindo a troca de palavras, argumentos e opiniões sobre uma comunidade política efetiva”. D' ALLONES apud BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*. Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, 2007, p. 41.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, Tiago Kramer. “A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas Minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII)”. *Revista de História*, n. 164, 2011, pp. 161-194, p. 170-180.

<sup>65</sup> Análise que desenvolvemos na primeira parte de nossa tese de doutoramento. OLIVEIRA, Tiago Kramer. *Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul*, *Op. cit.*, pp. 20-139.